



Programas de incentivo ao desenvolvimento funcionam como alavanca para aumentar poder de compra e estimular expansão de atividades como a do segmento de construção civil

Mais empregos a caminho

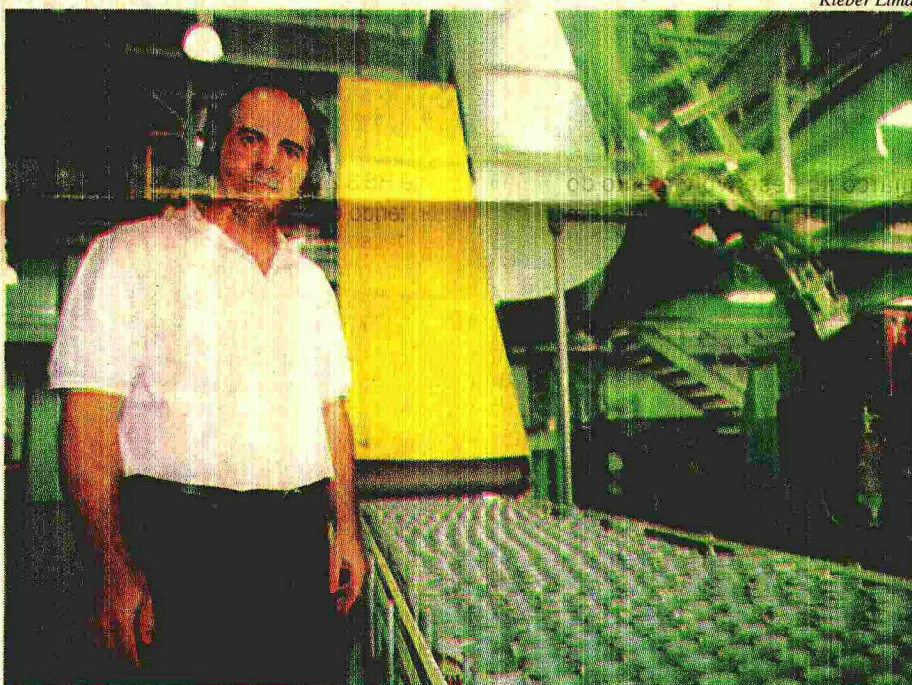
Empresários locais se unem em consórcios para levar produção ao exterior

O Distrito Federal é a menor unidade da federação e também uma das mais jovens. No entanto, hoje abriga indústrias que geram emprego, exportam e ajudam a compor os números que o transformaram na oitava economia do país. Com um Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de R\$ 30 bilhões em 2000, segundo dados mais recentes consolidados pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, o DF acumula mais riquezas que estados como Goiás e Pernambuco.

Como resultado deste desempenho, o DF tem hoje uma renda per capita anual de R\$ 14.405, a maior do país. O alto poder aquisitivo da população, a estratégica localização geográfica e os programas de incentivo ao desenvolvimento econômico do Governo do Distrito Federal (GDF) se transformaram nos principais elementos de estímulo às indústrias - que contribuem com 7% da economia local - e tornaram a região mais atrativa para novos investimentos.

Quando os responsáveis pela maior fabricante de latas de alumínio da América do Sul decidiram instalar uma fábrica no Centro-Oeste, pensaram em Cuiabá (MT), Anápolis (GO) e Brasília. "Os benefícios fiscais de Goiás eram melhores. Mas o Pró-DF igualou as vantagens e ainda nos garantiu o terreno, além de viabilizar o acesso à água e energia elétrica", explica o gerente de operações da Latasa, Leonardo Ribeiro, referindo-se ao principal programa de desenvolvimento econômico do Distrito Federal.

Entre as vantagens oferecidas pelo Pró-DF estão o financiamento de até 70% do ICMS gerado pelo empreendimento, empréstimo para capital de giro via Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), facilidade para aquisição de terreno e isenção de Imposto Predial, Territorial e Urbano (IPTU) durante os primeiros cinco anos de funcionamento. As propostas de adesão ao programa são



Leonardo Ribeiro destaca os incentivos que atraíram a Latasa para o Distrito Federal

analisadas pelo Conselho de Política e Desenvolvimento Intergrado (CPDI), vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e formado por representantes do governo, indústria e comércio. Os projetos aprovados são encaminhados à Terracap, órgão responsável pela análise da documentação das empresas.

Até agosto de 2003, o CPDI aprovou 4.288 projetos. Os investimentos, se homologados em sua totalidade pela Terracap, deverão alcançar a cifra de R\$ 1,15 bilhão. Embora o maior número de empresas esteja ligado ao comércio, as 758 indústrias que se candidataram aos incentivos respondem por 36,89% dos investimentos previstos. Comércio e serviços respondem, respectivamente, por 34,49% e 28,59% do montante previsto. O restante (0,03%) será investido em outros segmentos.

Desde o lançamento do programa, em 1999, 356 empresas já cumpriram todas as etapas do Pró-DF. Espalhadas por 19 regiões do Distrito Federal, já investiram R\$ 125,8 mil e criaram 6.887 empregos.

A Latasa está entre elas. Com 113 empregos diretos e outros 400 indiretos, a empresa hoje abastece todo o Centro-Oeste com uma produção diária de 3,3 milhões de latas de alumínio. O maior cliente está bem ao lado. É a AmBev, no Gama. Entre as duas fábricas, apenas uma parede. "Um terço de nossa produção passa pelo muro", comemora o gerente de operações da Latasa. Leonardo Ribeiro diz que a economia com o frete fez a AmBev ampliar em um terço a sua capacidade de produção, gerando mais impostos e empregos.

Kleber Lima

De Brasília para o mundo

Experiências de sucesso na indústria local se repetem em diferentes ramos. A indústria moveleira, por exemplo, exhibe seus produtos no Oriente Médio, na Alemanha, na Costa Rica, no México e na Espanha. Os Emirados Árabes estão entre os clientes estrangeiros do setor. A indústria do vestuário, por meio do Consórcio Flor Brasil, exporta biquínis para a Europa. O sucesso do empreendimento estimulou as 15 pequenas empresas que se uniram, no ano 2000, para criar a marca Flor Brasil Kids, voltada para o público infantil.

Apenas no primeiro semestre do ano, a indústria local exportou US\$ 4,975 milhões. O valor é quase um centésimo das exportações de Goiás, mas significa um aumento de 873,5% das vendas ao exterior feitas a partir do DF, em comparação com o ano passado.

Enquanto setores da indústria comemoram os resultados, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico se preocupa em definir espaços no Distrito Federal para a instalação das empresas que recorrem ao Pró-DF. O objetivo é gerar emprego e renda em todas as cidades-satélites da capital federal, reduzindo a pressão sobre o Plano Piloto e evitando que se transformem em cidades dormitório. O Distrito Federal está dividido em 41 setores de desenvolvimento econômico e conta com os pólos de Moda, no Guará, e JK, em Santa Maria.

A política adotada pelo GDF conta com apoio da Federação das Indústrias de Brasília (Fibra), que pretende estreitar os laços com as associações comerciais e industriais de todo o Distrito Federal. A estratégia é fortalecer os sindicatos e estimular o cooperativismo de crédito, que pode oferecer dinheiro aos empresários a juros mais baixos do que o disponibilizado pelo sistema financeiro. A Credindústria, a primeira do setor no Brasil, deverá ser lançada em outubro.

A mobilização dos empresários também influencia a política de desenvolvimento econômico do Distrito Federal. Segundo o presidente da Fibra, Antônio Rocha da Silva, as adequações reivindicadas pelo setor no Pró-DF foram acatadas pelo GDF, que encaminhou na última terça-feira à Câmara Legislativa projeto de lei instituindo o Pró-DF II. O novo programa, além de prever linha de crédito do Banco de Brasília (BrB) para os projetos aprovados, vai oferecer às empresas prejudicadas pela concorrência os mesmos incentivos fiscais. "O Pró-DF II vai dar mais transparência ao processo de seleção das empresas que serão beneficiadas", avalia o presidente da Fibra.

A política de desenvolvimento do DF ainda inclui programas voltados para o comércio atacadista e para a agricultura, que hoje empregam 33 mil pessoas.

SERVIÇO

Informações sobre os programas de desenvolvimento econômico do DF:
www.sde.df.gov.br
www.fazenda.df.gov.br

Estratégia para a reforma tributária

Secretários de Fazenda dos 20 estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste vão tentar sensibilizar os senadores para evitar a aprovação das novas regras para o ICMS previstas na reforma tributária. A estratégia, revelada pelo secretário de Fazenda do Distrito Federal, Valdivino de Oliveira, inclui a mobilização dos governadores e de todo o setor produtivo dos estados que serão afetados pelas mudanças, já aprovadas pela Câmara dos Deputados.

O texto, que ainda será submetido a votação no Senado, reduz para cinco o número de alíquotas do ICMS. Os valores percentuais serão uniformes para todo o país e terão que ser definidos por resolução a ser votada no Senado. A

alíquota máxima será de 25%. Remédios e gêneros de primeira necessidade terão a alíquota mínima.

Ao unificarem as alíquotas de ICMS em todo o país, as novas regras acabam com a possibilidade de concessão de benefícios fiscais, recurso que vem sendo usado com frequência por estados mais pobres para atrair investimentos. "A reforma como está aumenta a carga tributária e reforça as desigualdades regionais", afirma Valdivino. Pela proposta em análise no Congresso, os incentivos já concedidos serão preservados, mas por um período de 11 anos.

Pelo menos um ponto estabelecido pela reforma tributária vai beneficiar o Distrito Federal: a mudança na cobrança

do ICMS, que deixará de ser feita, em prazo a ser definido, na origem e passará para o destino da mercadoria, que favorece regiões consumidoras, caso do DF. Mas é vista com reservas pelo secretário de Fazenda, já que apenas servirá para aumentar a arrecadação, sem estimular a produção e a geração de empregos na região. "Percebe-se que a perda social será bem maior do que o ganho fiscal", avalia.

Segundo Valdivino de Oliveira, os 20 secretários de Fazenda deverão apresentar aos senadores uma proposta alternativa, que ajude a combater a chamada guerra fiscal entre os estados, mas que preserve a capacidade de atração de investimento das regiões mais pobres.